

**Pe. Manuel António Fernandes (1881-1968):
Pároco e presidente de Junta em Mansores**
Esboço biográfico



Pesquisa e textos: José António Rocha

*Documento elaborado para distribuição na sessão evocativa
do Pe. Manuel António Fernandes realizada em Mansores
a 24 de novembro de 2018, sob organização da Paróquia de Mansores
e da Junta de Freguesia de Mansores.*

Mansores, 2018

Nota introdutória

O documento que se segue é, assumidamente, um esboço. Incompleto, com muitas ausências, alguns desequilíbrios e, imaginamos, erros motivados pela interpretação de algumas das referências em que nos baseámos. Pelos erros pedimos desde já desculpa e de bom grado acolhemos sugestões para as suas correções.

Este é o resultado possível, dado o curto período em que reunimos e processámos a informação e as limitações de tempo que temos. Não tem por objetivo ser uma publicação, mas apenas a reunião de alguns documentos e memórias e, assim, servir como um contributo para o registo biográfico do Pe. Manuel António Fernandes.

Agradecemos às pessoas e instituições que nos forneceram documentos e informações nos quais nos baseámos.

Mansores, 24 de novembro de 2018

José António Rocha

SÍNTESE BIOGRÁFICA

Manuel António Fernandes (1881-1968)

n. 07-04-1881 (Merlães, Cepelos, Cambra); *f.* 24-11-1968 (Residência paroquial de Mansores, Arouca).

Filho de Manuel Fernandes e de Maria Custódia de Pinho. Frequentou o seminário do Porto, diocese na qual se ordenou presbítero a 31 de julho de 1904. Foi pároco em Mansores desde 9 de fevereiro de 1905 até meados de outubro de 1965 e presidiu à Junta de Freguesia de Mansores entre 26 de fevereiro de 1905 e 29 de outubro de 1910. Entrou como pároco em Mansores, tinha 23 anos; e foi já com 84 anos que deixou de ser o pároco desta comunidade, que serviu durante 60 anos completos e ininterruptos. Durante a Primeira República resistiu com firmeza a diversas ameaças e ataques lançados sobre si e rejeitou a proposta de “pensão eclesiástica” oferecida pelo governo republicano. A 13 de fevereiro de 1955 celebrou bodas de ouro sacerdotais. A 17 de outubro de 1965 transmitiu a paroquialidade ao atual pároco de Mansores, permanecendo na “antiga” residência paroquial até falecer a 24 de novembro de 1968.

CRONOLOGIA

07-04-**1881** – Nascimento (Merlães, Cepelos, Cambra)

13-04-**1881** – Batismo (Igreja paroquial de São João Batista de Cepelos)

08-10-**1897** – Entrada no Seminário do Porto (para formação pré-teológica)

11-10-**1901** – Entrada no Seminário do Porto (para formação teológica)

02-08-**1903** – Ordenação de Subdiácono

19-03-**1904** – Ordenação de Diácono

31-07-**1904** – Ordenação de Presbítero (Paço episcopal do Porto)

09-02-**1905** – Início da paroquialidade em Mansores (pároco encomendado)

26-02-**1905** – Início da presidência da Junta de Paróquia de Mansores

29-10-**1910** – Fim da presidência da Junta de Paróquia de Mansores

05-06-**1918** – Carta de apresentação para pároco de Santa Marinha de Tropeço (sem efeito)

?-10-**1925** a ?-06-**1926** – Responsável pelo cuidado pastoral de parte dos lugares de Escariz, na sequência da interdição daquela Paróquia pelo bispo do Porto.

13-02-**1955** – Celebração das bodas de ouro sacerdotais

17-10-**1965** – Fim da paroquialidade em Mansores

29-07-**1968** – Inauguração da nova residência paroquial

24-11-**1968** – Falecimento (“antiga” residência paroquial de Mansores)

ORIGENS E PERCURSO COMO SEMINARISTA NA DIOCESE DO PORTO

Manuel António Fernandes, filho de Manuel Fernandes e de Maria Custódia de Pinho, lavradores, nasceu a 7 de abril de 1881, uma 5ª feira. Viu a luz no lugar de Merlães, freguesia de São João Batista de Cepelos, no então designado concelho de Cambra. Foi batizado seis dias depois, a 13 de abril, na igreja paroquial de Cepelos. À data esta era uma paróquia da diocese de Aveiro, mas cerca de um ano depois a diocese foi extinta e esta paróquia transitou para a diocese do Porto. O primeiro nome, Manuel, recebeu-o do pai; o segundo nome, António, recebeu-o do padrinho, o Pe. Rodrigo António Fernandes, que era à altura o pároco de Palmaz (Oliveira de Azeméis).

Desconhecemos o percurso da sua infância e adolescência até à entrada no seminário aos 16 anos. É possível que os seus estudos preparatórios tenham sido patrocinaados por seu padrinho (e tio?), pois era frequente os presbíteros patrocinaarem os estudos de alguns de

seus afilhados ou sobrinhos, assim como era frequente encaminharem-nos para a carreira eclesiástica.

Entre o exame de Instrução Primária e a entrada no seminário aos 16 anos, estudou Francês, Português e História e Geografia. Os exames de Francês e Português, fê-los em Viseu; o de História e Geografia, fê-lo no seminário do Porto.

A 8 de outubro de 1897 deu entrada no Seminário Menor do Porto, para formação pré-teológica. Aí estudou, durante três anos, Matemática, Latim, Latinidade, Literatura, Física e Filosofia.

A 11 de outubro de 1901 deu entrada no Seminário Maior do Porto, onde estudou por mais três anos. Ao fim do segundo ano de Seminário Maior, a 2 de agosto de 1903, recebeu o primeiro grau das ordens maiores: foi ordenado subdiácono. A 19 de março de 1904 foi ordenado diácono e a 27 de junho desse ano concluiu os estudos teológicos.

No dia 31 de julho de 1904, tinha 23 anos, foi ordenado Presbítero. A ordenação realizou-se na capela do Paço Episcopal do Porto. Recebeu a Ordem das mãos do bispo do Porto, D. António Barroso*.

* D. António Barroso nasceu em Remelhe (Barcelos) a 5 de novembro de 1854. Estudou no Real Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache do Bonjardim, antecessor da Sociedade Missionária da Boa Nova, da qual fez parte o nosso saudoso mansorense Pe. Alfredo Alves Moreira. D. António Barroso foi um missionário exemplar; é, aliás, por alguns apelidado de “maior missionário dos tempos modernos”. Serviu a diocese do Porto com grande empenho entre 23 de maio de 1899 e 31 de agosto de 1918, data do seu falecimento, fez este ano 100 anos. Visitou a paróquia de Mansores em outubro de 1905. O processo da sua canonização está a decorrer. Em junho de 2017 o Papa Francisco reconheceu as suas virtudes heroicas e proclamou-o Venerável. Atualmente o Postulador no seu processo de canonização é o nosso conhecido Pe. João Pedro Bizarro.

PAROQUIALIDADE. OS PRIMEIROS ANOS (1905-1910)

Após a sua ordenação, o jovem Pe. Manuel António Fernandes realizou ainda alguns exames antes de lhe ser atribuída aquela que foi a primeira e única paróquia em que viria a servir.

Por fim, recebeu carta de encomendação para a paróquia de Mansores, paróquia periférica, mas bastante próxima da sua terra natal. A dividir estas duas povoações ergue-se, no horizonte, a serra da Freira.

No dia 9 de fevereiro de 1905 iniciou a paroquialidade em Mansores, com a categoria de pároco encomendado.

Estávamos ainda no período chamado “liberalismo” ou “monarquia constitucional”. Nesta altura os párocos podiam ter o estatuto de colados (efetivos, diríamos hoje) ou de encomendados (precários ou temporários, diríamos). O perfil e as funções dos párocos nesta época ultrapassavam muito a simples administração dos sacramentos. Os párocos cumpriam também um conjunto de tarefas ao serviço do Estado, estipuladas pelo Direito Administrativo. Entre essas tarefas contava-se: a elaboração do registo e inventariação dos cidadãos (antecessor do registo civil só generalizado a partir de fevereiro de 1911), o recenseamento eleitoral e militar, a prestação de informações fiscais e a gestão do património paroquial. Além disso, os párocos foram durante muito tempo, por inerência de funções de párocos, os presidentes das então chamadas Juntas de Paróquia (na prática, as Juntas de Freguesia). Foi também este conjunto de tarefas que o Pe. Fernandes terá realizado em Mansores durante os primeiros anos ao serviço da comunidade.

PRESIDÊNCIA DA JUNTA (1905-1910)

Nos primeiros cinco anos e meio de pároco, o Pe. Fernandes acumulou a função de Presidente da Junta, como era de lei.

E, efetivamente, após cerca de duas semanas ao serviço da paróquia, eis que se apresentou, a 26 de fevereiro de 1905, numa sessão da Junta, na qual tomou posse como Presidente e logo ali a Junta deliberou sobre o Juiz da Cruz e o Juiz das Almas.

Poucos meses após ter assumido a presidência da Junta, conseguia esta receber do Estado aquela que foi a sua primeira “casa das sessões”. Tratava-se da “casa da Tulha”, situada no lugar da Vila. Até então a Junta nunca tivera uma sede própria e permanente. Esta foi uma grande conquista da Junta.

Pelo caricato e ilustrativo que é, passado mais de um século, registamos um episódio desta altura. A 26 de abril de 1908, sendo o P. Fernandes o presidente da Junta, levou a uma sessão da Junta a seguinte preocupação acerca da limpeza e do zelo pelo adro da capela da Vila:

“declarou o presidente que tendo tido visto e presenciado que o adro da capela de Nossa Senhora do Rosário se acha incapaz de ser passeado e ainda mais incapaz de qualquer devoto ali fazer qualquer promessa de joelhos, porque o dito adro não passa de uma estrumeira, pois que em qualquer ocasião se encontra ali gado bovino, suíno e lanígero sem algum pastor. Outras ocasiões mesmo gente ali a pastá-lo no referido adro em volta da mesma capela, e outros fazendo por ali caminhos para os seus prédios, conduzindo gados à solta quando por o dito adro não têm caminho, por isso vinha propor à Junta para que se aplicasse uma multa a todo qualquer transgressor que praticasse qualquer destes atos”.

A 5 de outubro de 1910 deu-se a revolução que instaurou em Portugal o regime republicano. Muita coisa mudou em pouco tempo, e logo a 13 de outubro foi promulgado o decreto do Ministério do Interior que obrigava os párocos a abandonarem as Juntas de Paróquia. Mas em Mansores o efeito não foi imediato. A ata da primeira sessão da Junta de Paróquia após o 5 de outubro não refere a revolução nem assuntos relacionados e, embora datada de 23 de outubro, mantém o executivo presidido pelo pároco, Pe. Manuel António Fernandes. Porém, a 30 de outubro tomou posse uma Comissão Administrativa Paroquial (ou

comissão paroquial republicana), já presidida por um outro cidadão, Manuel Moreira da Silva.

Em 1911 foi criado o registo civil, que teve durante várias décadas um posto em Mansores. O pároco perdeu as funções que tinha ao serviço do Estado.

NOS TEMPOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1910-1926)

Defensor da Igreja e dos bens da paróquia

Durante o período conturbado da Primeira República ocorreram por todo o país diversos conflitos decorrentes da aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas. Conflitos relacionados com a incorporação dos bens da Igreja na Fazenda Nacional, com a proposta e recusa da pensão eclesiástica do Estado aos párocos, a criação de cultuais, etc. Estes conflitos ficaram conhecidos como “questão religiosa”. Também a paróquia e o pároco de Mansores se envolveram nesta questão. Registamos alguns episódios.

Em Arouca foi criada uma Comissão Concelhia de Inventário, responsável por proceder ao arrolamento de todos os templos, bens imobiliários e mobiliários ao serviço do culto católico e à sustentação dos seus ministros, a qual visitou as paróquias do concelho e procedeu ao inventário ou arrolamento dos referidos templos e bens. O arrolamento dos bens de Mansores realizou-se a 10 de agosto de 1911.

Na Páscoa de 1913 não terá sido feita a visita pascal. Mas a 11 de maio de 1913 fez-se a festa de santa Quitéria e a 1ª comunhão, com procissão até à Vila. E em agosto de 1913 realizou-se a festa da Vila, com atos públicos normais. Em abril de 1914 uma comissão da freguesia enviou, tal como outras do concelho, uma representação ao governador civil de Aveiro, para pedir autorização para se fazer a visita pascal, mas o pedido foi indeferido. Isso significa que nestes anos

iniciais da República, na freguesia foram efetivamente proibidos vários “atos de culto externo”, embora outros se tenham praticado.

Em relação às cultuais – corporações locais sem ligação à diocese, responsáveis pela organização do culto religioso em cada paróquia e das quais os párocos se tornariam meros funcionários, perdendo a dependência do bispo –, tal como na maioria das paróquias, em Mansores não se chegou a criar nenhuma cultual.

Em dezembro de 1915 foram arrematados em hasta pública os arrendamentos dos passais de várias paróquias das freguesias de Arouca, por um ano. Estes passais pertenceriam ao Estado, segundo a interpretação deste mesmo, e no caso do de Mansores, até final de 1927 foi efetivamente gerido pelo Estado, que o arrendou a alguns cidadãos da freguesia, pelo menos a Joaquim António Vaz, da Mata, e a António Gonçalves Moreira Leite, do Caritel. Ao contrário do que aconteceu em muitos outros locais do país, e em várias das freguesias do concelho, o passal da paróquia de Mansores não foi vendido.

Em março de 1916 Albino Francisco Teixeira, na qualidade de presidente da Junta, escreveu à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, pedindo a devolução dos bens arrolados em 1911. Daí decorreu a instauração de uma investigação administrativa, durante a qual, a 9 de janeiro de 1919, foram feitos inquéritos e interrogatórios a vários cidadãos da freguesia. Estes declararam ter conhecimento próprio e ouvido dizer aos seus antepassados que a residência e o passal haviam sido adquiridos por subscrição aberta entre os residentes da paróquia, por quotas voluntárias na proporção das forças de cada um, e que tendo o Estado tomado conta do passal e da residência, seria injusto para o povo ter de adquirir novo passal e residência para o seu pároco. Em 1919 e 1921 a Junta insistiu no pedido, sem sucesso.

A 29 de setembro de 1924 Manuel Francisco Borges, da Vila, escreveu ao Presidente da Comissão Central da Lei da Separação requerendo

que o passal fosse posto em arrematação e propondo adquiri-lo pela quantia de 300\$00. Porém, a venda não avançou.

Com a viragem política ocorrida após o golpe militar de 28 de maio de 1926, iniciou-se um processo de devolução dos bens às paróquias. O Decreto n.º 11887, de 6 de julho de 1926, previu a devolução dos bens às paróquias, desde que para tal existisse nelas uma corporação encarregada do culto católico. Logo a 26 de outubro de 1926 foi constituída em Mansores uma corporação encarregada do culto católico, presidida pelo pároco. E, no ano seguinte, por portaria do Ministério da Justiça e dos Cultos foram devolvidos os bens da paróquia de Mansores, em concreto “o edifício da igreja paroquial e das capelas de Santo António das Agradas e de Nossa Senhora do Rosário, com seus móveis, paramentos, alfaia, vasos sagrados e imagens, bem como a residência paroquial, que também é denominada ‘passal’, com suas dependências e terreno lavradio, formando um só prédio”.

Embora entre 1911 e 1927 todo o património móvel e imóvel da paróquia tenha estado em mãos do Estado, foi preservado e devolvido à Igreja. Para tal contribuíram o esforço e a coragem de vários paroquianos e, em particular, do próprio Pe. Fernandes.

Posição ideológica e conflitos com cidadãos republicanos

O Pe. Fernandes também precisou de coragem para defender a sua própria vida durante os tempos “quentes” da Primeira República. Sendo ainda jovem, resistiu com firmeza a diversas ameaças e ataques lançados sobre si; há registos de, neste período, ter explodido uma bomba à porta da sua residência, onde, noutra ocasião, foi deixado um alguidar e uma faca, em ameaça de morte. Há memória de ter sido perseguido, tendo de refugiar-se na torre da igreja. Verdade ou não, consta que, estando assim refugiado, terá dito aos seus perseguidores que os haveria de enterrar a todos, o que terá sucedido, no sentido em

que lhes terá administrado os últimos sacramentos e presidio às suas exéquias.

Consta que se terá refugiado durante algum tempo na Casa da Terça, cujo dono, o Visconde Manuel Baptista Camossa Nunes Saldanha, também era monárquico.

Além do conflito pessoal com o Pe. António Gonçalves Moreira, que adiante se relata, teve conflitos com alguns republicanos militantes da freguesia. Daí terá decorrido a reclamação interposta a 2 de fevereiro de 1925 contra si por nove cidadãos de Mansores, dizendo-se estes em nome povo da freguesia. A reclamação foi dirigida à Comissão Central de Execução da Lei da Separação. Esta reclamação é um autêntico e severo rol de acusações contra o pároco, recolhendo episódios de anos já recuados e de vários tipos.

A 18 de novembro de 1911 o Governo determinou a concessão de uma pensão provisória de 16\$665 réis mensais ao pároco de Mansores. Todavia, o pároco recusou-a, conforme expressou em carta coletiva subscrita com outros seis párocos de Arouca. Dez anos depois, porém, o Pe. Fernandes decidiu solicitar autorização ao seu bispo para, afinal, levantar a pensão a que tinha direito, não para benefício próprio, mas a fim de aplicar esse valor na compra de paramentos para a paróquia.

O conflito com o Pe. António Gonçalves Moreira

Durante a Primeira República Mansores foi palco de um conflito público entre dois presbíteros. De um lado, o pároco, Pe. Manuel António Fernandes. Do outro lado, o Pe. António Gonçalves Moreira, nascido e criado em Mansores, e que ainda em 1911 era pároco em Garvão (Ourique), mas que em 1912 passou a residir em Mansores. Enquanto o primeiro se recusou a ser pensionista, o segundo requereu a pensão ao Estado. Um era contrário à República, o outro republicano confesso. Resgatámos alguns episódios desse conflito.

Um dos primeiros incidentes entre ambos, senão o primeiro, ocorreu entre fevereiro e início de março de 1912. Ocorreu na capela de Nossa Senhora do Rosário quando o Pe. António Gonçalves Moreira se tentou apossar à força dos paramentos da capela para impedir o pároco de aí exercer o culto. Os paramentos estavam à guarda da Comissão Administrativa Paroquial de Mansores, que tinha autorizado (mas não em exclusivo) o Pe. António Gonçalves Moreira a usá-los para aí rezar missa. Para tentar manter a paz na freguesia, a Comissão decidiu confiar a guarda dos paramentos da capela ao Pe. António Gonçalves Moreira, desde que este assegurasse a sua limpeza e conservação; e o pároco sempre que quisesse usar a capela, deveria servir-se dos paramentos da igreja.

Porém, pouco depois, a 14 de abril, estando o pároco a celebrar na capela da Vila, o Pe. António Gonçalves Moreira entrou no templo tentando perturbá-lo e interrompê-lo, apossando-se do missal. O presidente da Comissão Administrativa, Manuel Moreira da Silva, interveio fazendo ver ao Pe. António que incorria em penas conforme previa o artigo 11º da Lei da Separação do Estado das Igrejas e retirou-lhe o missal das mãos.

Poucos meses depois, em julho de 1912, o Pe. António Gonçalves Moreira mudou de estratégia e entrou em acordo com os responsáveis pela cultual da freguesia de Anta (Espinho) para aí passar a residir e exercer os atos de culto. Mas três anos volvidos estava de regresso a Mansores e a requerer à Junta acesso aos paramentos, cálice e demais utensílios para celebrar na freguesia.

A 15 de dezembro de 1915 o Pe. António Gonçalves Moreira escreveu diretamente ao ministro da Justiça e Cultos protestando contra a Junta, à qual tinha pedido “a franquia dos templos e paramentos pertencentes ao Estado, de que é guardiã e depositária, à falta de cultual nesta freguesia”, ao que a Junta não correspondeu.

A 19 de dezembro desse mesmo ano de 1915, novo episódio. António Gomes Moreira, sobrinho do Pe. António Gonçalves Moreira, acabara

de realizar o seu casamento com Maria Rosa de Jesus no posto do registo civil de Mansores. O tio acompanhou o ato e dirigiu-se com os cônjuges e demais convidados para a igreja, onde o pároco iria celebrar o casamento católico. Quando o pároco viu na igreja o Pe. António Gonçalves Moreira logo o confrontou, forçando-o a sair, e assim sucedeu. O próprio Pe. António Gonçalves Moreira narrou o episódio numa notícia publicada na *Gazeta de Arouca* a 1 de janeiro do ano seguinte.

A tensão manteve-se e a 22 de janeiro de 1917 o administrador do concelho de Arouca promoveu um inquérito a 10 testemunhas na freguesia, com base nas acusações de que o pároco criava dificuldades ao padre pensionista António Gonçalves Moreira, lhe manifestava ódio, tentava indispor-lo com os habitantes da freguesia e se recusava a celebrar quando o padre António Gonçalves Moreira tentava assistir ordeiramente. As testemunhas foram: Albino Francisco Teixeira, de 35 anos (Vila); António de Almeida Pereira Cabral, de 53 anos (Estrada); José Joaquim da Silva, de 50 anos (Avitureira); Joaquim António Vaz, de 45 anos (Mata); Joaquim José da Silva, de 35 anos (Mata); António Joaquim Duarte, ferreiro, de 33 anos, (Vila); Manuel Francisco Martins, de 57 anos (Avitureira); Manuel Francisco Duarte, de 42 anos (Mata); António Guedes d'Almeida Castro Portugal, de 31 anos (Estrada); e António Moreira Pereira de Amorim, de 27 anos (Casal). As testemunhas são consensuais ao afirmar que os padres em questão têm más relações, pelo facto de o Pe. António Gonçalves Moreira ser cultualista e o bispo não autorizar o pároco a celebrar se o Pe. António Gonçalves Moreira estivesse no templo. A 27 de julho de 1917 o pároco respondeu por escrito, defendendo-se e afirmando “não celebro actos de culto na presença dele por mo proibir a autoridade eclesiástica e em obediência às leis canónicas por que a Igreja se governa”, além do que, tendo consultado o bispo, sobre se poderia celebrar na presença do Pe. António Gonçalves Moreira, o bispo respondera que “se o padre Moreira assistisse, eu o convidasse a retirar-se, e se ele o não fizesse, convidasse os fiéis a retirarem-se”.

Posteriormente, o Pe. António Gonçalves Moreira assumiu a paroquialidade das paróquias próximas de Fajões e de Fermedo.

ASPETOS E EPISÓDIOS DO QUOTIDIANO DE UM PÁROCO DE ALDEIA

O Pe. Fernandes permaneceu como pároco de Mansores, sem interrupções, desde 1905 até 1965. Não encontramos registos de ter estado sobre a mesa a sua mudança de paróquia, salvo uma situação. No seu processo, no arquivo episcopal do Porto, há um registo segundo o qual a 5 de junho de 1918 lhe fora passada carta de apresentação para pároco de Santa Marinha de Tropeço, mas que estava “sem efeito”. Terão sido os conflitos com os republicanos da freguesia a provocar a proposta da sua mudança de paróquia? Terá sido o próprio a solicitar a mudança de paróquia ou a impedir que se fizesse?

O conflito que ocorreu entre alguns paroquianos da vizinha freguesia de Escariz e o Bispo do Porto pelos anos de 1925 e 1926, por causa da “Santinha da Abelheira”, implicou algum “trabalho extra” para o Pe. Fernandes. Por causa desse conflito o bispo decretou, entre meados de outubro de 1925 e junho de 1926, a interdição da paróquia de Escariz e a retirada do Santíssimo Sacramento de todos os seus templos, dividindo os cuidados pastorais dessa freguesia pelos párocos vizinhos. Ao pároco de Mansores foram então confiados os cuidados pastorais dos habitantes dos seguintes lugares de Escariz: Lameira Branca, Juntas, Vale de Lameiro, Gestosa, Alagoas, Caçus, Alviada, Nabais, Cavadinha e Venda da Serra. Por causa disso, durante aqueles meses os batizados de crianças destes lugares de Escariz realizaram-se em Mansores.

Quando o Pe. Fernandes deixou de ser pároco de Mansores faltava praticamente um mês para o encerramento do Segundo Concílio do Vaticano. Isso significa que a liturgia que celebrou, particularmente a liturgia eucarística, seguia o ritual do missal de Pio V. Era a também chamada “missa tridentina”, que estava em vigor desde 1570. Entre

outros aspetos, esta missa era celebrada em latim e o sacerdote oficiava voltado para o altar e de costas para os fiéis.

A eucaristia era, pois, um ritual muito distinto do que é hoje. O sacerdote de costas para o povo. O templo sem bancos, com uma grade a meio: homens e rapazes à frente, mulheres e crianças atrás. Ai se alguma mulher se apresentasse à comunhão de cabeça descoberta ou simplesmente com o véu mal colocado; logo o celebrante a repreendia em público.

Há memórias de paroquianos que, crianças ou adolescentes à época, tremiam de medo quando iam à confissão. E então, o exame da doutrina, exigido para se poder aceder à primeira comunhão, era um terror. De cana na mão, o pároco examinava as crianças. Quando os noivos decidam casar, tinham de se submeter a um exame da doutrina, para que o pároco autorizasse que se casassem.

Nos seus 60 anos completos e ininterruptos ao serviço da freguesia foram, pois, várias as gerações de paroquianos a quem administrou os sacramentos ou neles os acompanhou. Nesse período celebrou perto de 2.000 batizados, mais de 400 casamentos e perto de 800 exéquias. Além disso, se convertermos em dias os anos que paroquiou Mansores, obteremos mais de 22.000 dias; quantas não foram as eucaristias que celebrou nesse tempo?

A 13 de fevereiro de 1955 celebrou as bodas de ouro sacerdotais; na ocasião a Ação Católica da paróquia ofereceu-lhe uma folha de papel vegetal com pinturas à mão e as seguintes inscrições: “Ramalhete Espiritual: Missas – 200; Comunhões – 200; Via Sacras – 100; Terços – 400; Visitas ao SS. – 100; Sacrifícios – 350”.

Durante a sua paroquialidade houve várias visitas pastorais do bispo da diocese e várias missões em Mansores:

- A 1 de outubro de 1905, era o Pe. Fernandes pároco há pouco mais de meio ano, D. António Barroso, bispo do Porto, visitou a paróquia

durante a manhã, num roteiro no qual passou por várias das paróquias da região.

- A 5 e 6 de maio de 1936, D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto, visitou a paróquia. Dessa visita ficou-nos uma memória muito emotiva publicada na imprensa local.

- Não sabemos se D. Agostinho de Jesus e Sousa (bispo do Porto de 1942 a 1952) visitou a paróquia. Segundo um testemunho pessoal, terá visitado, e do programa da visita faria parte um almoço na residência do pároco, juntamente com as autoridades da freguesia e da comissão que preparou a visita. Ora, segundo esse testemunho, a meio do almoço um grupo de rapazes entrou repentinamente pela casa dentro, tendo o bispo apanhado um grande susto.

- A 6 de fevereiro de 1966, D. Florentino de Andrade e Silva, administrador apostólico da Diocese, esteve de passagem pela freguesia.

- Em 1944 houve uma missão na paróquia; em 1957 terá havido uma missão na paróquia (informação a confirmar); em 1960 houve uma missão na paróquia.

No período da Primeira República, quando entre 1911 e 1927 o Estado tomou conta da residência e do passal e os arrendou, parte desse período o próprio pároco teve de residir noutro local que não a residência. Onde?

Não sabemos se nas primeiras décadas da paroquialidade seria o único habitante da residência paroquial, no tempo em que lá viveu.

Durante muitos anos o Pe. Fernandes teve uma família de caseiros que habitavam consigo a residência. Eram eles António Alves Moreira e Deolinda Augusta da Conceição, casados, e respetivos filhos. Este casal de caseiros envelheceu e faleceu na residência. Depois disso, o Pe. Fernandes foi acompanhado por sua irmã, Glória Fernandes de Pinho (e por uma outra irmã?), e por uma criada, Maria Adelaide Moreira de

Paiva. Esta veio a casar em abril de 1965 com Adelino Fernandes de Almeida, segundo sobrinho do Pe. Fernandes. Este casal habitou a residência até ao falecimento do Pe. Fernandes, acompanhando-o nesses três últimos anos de vida.

Percorria a freguesia montado na sua égua, que se chamaria “Pardal”. Ao vê-lo passar as crianças aproximavam-se e pediam-lhe a bênção. Parava aqui e ali nas casas dos paroquianos, e detinha-se a conversar com eles.

Embora não assinando, subentende-se que foi o correspondente em Mansores da *Defesa de Arouca* nos primeiros anos deste periódico.

Nos anos 50 integrou a “Comissão de Electrificação da Freguesia de Mansores” constituída, além de si, pelos seguintes cidadãos: Antero Francisco Teixeira, Augusto Guedes de Castro Portugal, Carlos Gomes Moreira e Dr. Manuel da Conceição Azevedo.

Que livros lia? Que correntes de espiritualidade seguia? Quais eram as suas práticas devocionais? Como vivia, do ponto de vista espiritual o quotidiano diário, semanal e anual de pároco de aldeia? Responder a estas perguntas é possível só após recolha de testemunhos, consulta do que da sua biblioteca restou e enquadramento naquilo que eram as orientações do magistério durante o seu tempo de paroquialidade.

Cumpriu as orientações diocesanas de fazer um retiro sacerdotal a cada três anos.

Assinava o boletim diocesano *A Voz do Pastor* e o periódico de cultura regionalista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, do qual conservou à morte uma coleção completa ou quase completa.

Conservou uma pequena biblioteca pessoal, cujo estudo seria uma forma de aproximação àquilo que seria o seu universo e gostos espirituais e culturais.

OS ÚLTIMOS ANOS DE VIDA E AS MEMÓRIAS

Pela idade e por limitações de saúde o Pe. Fernandes teve de ser substituído. Ao fim de 60 anos, transmitiu a paroquialidade, assumida a 17 de outubro de 1965 pelo Pe. Manuel Moreira Henriques. Este último, passados 53 anos, permanece ao serviço da paróquia, prova, se outras não houvesse, de que Mansores trata bem os seus párocos!

Já retirado da paroquialidade, o Pe. Fernandes permaneceu na freguesia. A residência tinha já poucas condições de habitabilidade, pelo que a Paróquia se lançou a construir a nova residência. Esta foi inaugurada a 29 de julho de 1968, sendo benzida por D. Florentino de Andrade e Silva, Administrador Apostólico da diocese do Porto. Entre os que assistiram à inauguração da nova residência paroquial contava-se o Pe. Fernandes.

Faleceu pelas 20 horas de 24 de novembro de 1968, um domingo, na então “residência velha”. Foi o mais longevo habitante desse edifício, demolido em 1999 para no local se edificar o chamado salão paroquial. Segundo notícia do seu falecimento publicada na *Defesa de Arouca*,

“A sua morte foi muito sentida pelas excelentes virtudes sacerdotais que possuía. [...] Dedicou-se com amor e carinho aos seus paroquianos, tendo a maior parte deles batizado, preparado para a 1.^a comunhão solene, casado religiosamente e ministrado os últimos sacramentos. Pároco muito popular, sem ódios, sem egoísmos nem ambições materiais, pugnou sempre pela concórdia entre os seus paroquianos que muito estimava. [...]. O seu funeral realizou-se no dia 24 [sic], pelas 10 horas, com grande acompanhamento de toda a freguesia, constituindo uma sentida manifestação de pesar. Em todas as pessoas se vislumbrava uma eterna saudade por aquele que durante tanto tempo foi seu guia espiritual. O cortejo fúnebre saiu da antiga residência paroquial, dirigindo-se à igreja, aonde foram cantados ofícios fúnebres e missa de corpo presente por 20 clérigos.”

Viveu para a comunidade e morreu pobre. Deixou aos seus o que os seus lhe deixaram. Deixou rastos documentais, deixou muitas memórias. Memórias que urge avivar, registar, antes que se extingam definitivamente.

ANEXO DOCUMENTAL

Doc. 1

1881, 13 de abril (Cepelos) – *Registo de batismo de Manuel António [Fernandes]*.

Arquivo Distrital de Aveiro – *Paróquia de São João Batista de Cepelos*, Livros de registo de Batismos, 1881, fl. 4v-5.

Aos trêze dias do mês de Abril do anno de mil oitocentos e oitenta e hum, nesta Igreja Parochial de S. João Baptista de Cepellos, Concelho de Cambra, Diocese de Aveiro, baptizei solemnemente a hum individuo do sexo masculino a quem dei o nome de Manoel Antonio, que nasceo no lugar de Merlães, ás quatro horas da manhã do dia sete de Abril de mil oitocentos e oitenta e hum, filho legitimo e deste nome o primeiro de Manoel Fernandes e de Maria Custodia de Pinho, casados, lavradôres e moradores no lugar de Merlães, freguesia de Cepellos, recebidos na freguesia de Castellões, parochianos na de Cepellos, e moradores no dito lugar de Merlães, Neto paterno de Jose Fernandes de Pinho do lugar de Merlães, freguesia de Cepellos, e de Maria Roza do mesmo lugar e freguesia, e materno de António Ferreira e de Rosa Margarida de Almeida, de Cavião de Cima, freguesia de Castellões. Foi padrinho o Reverendo Rodrigo Antonio Fernandes, Paroco Collado da freguesia de Palmaz, concelho [fl. 5] de Oliveira de Azemeis, representado por Manoel Ferreira de Pinho, cazado, lavrador, do lugar de Cavião de Cima, freguesia de Castellões, por procuração bastante, passada pelo proprio punho do supra mencionado padrinho em oito de Abril de mil oitocentos e oitenta e hum, e reconhecida de

verdadeira pelo Tabelião Manuel Nunes de Pinho em nove de Abril de mil oitocentos e oitenta e hum, e madrinha Maria Rosa de Aguiar, casada, lavradora e moradora no lugar de Cavião de Cima, freguesia de Castellões, os quais todos sei serem os proprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os padrinhos, comigo só assignou o padrinho, e não a madrinha, por não saber escrever. *Era ut supra.*

Pelo padrinho *Manoel Ferr^a. de Pinho.*

O encomendado *Jose Tavares.*

Doc. 2

1905, 26 de fevereiro (Mansores) – *Ata da sessão da Junta de Paróquia de Mansores na qual o Pe. Manuel António Fernandes toma posse como presidente da Junta.*

Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores – *Livros de atas das sessões*, liv. 5, fl. 60v-61.

Acta de sessão ordinaria de 26 de Fevereiro de 1905

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e novecentos e cinco, aos vinte e seis dias do mes de Fevereiro do dito anno, nesta freguesia de Mansores, concelho de Arouca, na casa das sessões da Junta de Parochia da mesma freguesia, onde compareceram o vogal mais velho, Jose Gomes Moreira e o vogal Antonio de Almeida Pereira Cabral. Neste acto compareceu o Rev.^{mo} Manoel Antonio Fernandes, que apresentou a sua carta de encomendação como parocho desta freguesia e a Junta vendo o exposto ordenou que o parocho tomasse o seu assento como presidente na forma da lei, e que tudo foi aprovado pela Junta. E tomando a presidência o Rev.^{mo} parocho disse que tinha o conhecimento que nesta freguesia no principio do anno se devia nomiar o Juiz da Cruz e das Almas, por isso propunha a Junta que fizesse essa nomeação e a Junta ouvindo o conteudo nomeou para Juiz da Cruz Joaquim Correia dos Santos Lima, e para Juiz das Almas Manuel Gomes da Silva e para mordomo Moreira da Silva. E que isto fosse passado por edito. E não havendo mais do que tratar, mandou elle presidente encerrar a sessão. E eu Joaquim

Almeida Pereira Cabral Vasconcelos da mesma Junta que escrevi, li e assigno.

O Presidente: *Pe. Manoel Antonio Fernandes*

O Vogal: *José Gomes Moreira*

O Vogal: *António de Almeida Pereira Cabral*

O Secretário: *António de Almeida Pereira Cabral*

O Secretário: Secretário: [sic] *Joaquim Almeida Pereira Cabral e Vasconcelos*

Doc. 3

1905, 30 de novembro (Lisboa) – *Despacho da Direção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais concedendo a casa da Tulha à Junta de Paróquia de Mansores (à época presidida pelo Pe. Manuel António Fernandes) para aí poder realizar as suas sessões e guardar o seu arquivo.*

Pub.: *Diário do Governo*. 02-12-1905. Nº 274, p. 4238.

Sendo-me presente o requerimento da Junta de Parochia da freguesia de Mansores, concelho de Arouca, districto de Aveiro, pedindo a concessão de uma pequena casa com loja, sobrada e telhada, denominada da Tulha, pertencente ao supprimido convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto, necessaria para celebrar as suas sessões e guardar o seu archivo: hei por bem em nome de El-Rei, em vista das informações officiaes, prestadas pelas estações competentes e nos termos do artigo 11.º da lei de 4 de Abril de 1861, conceder provisoriamente, até que pelas Côrtes seja confirmada esta concessão, á refedida junta de parochia, a mencionada casa denominada da Tulha, situada naquella freguesia, para nella celebrar as sessões e guardar o archivo, revertendo á posse da Fazenda com quaesquer bemfeitorias, *ipso facto*, logo que seja applicada a fim diverso do aqui estipulado, ou o Governo entenda por conveniente dar-lhe novo destino, sem que a junta haja direito a indemnização alguma.

O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, aos 30 de Novembro de 1905 = PRINCIPE REGENTE. = *Manoel Affonso de Espregueira*.

Doc. 4

1908, 26 de abril (Mansores) – *Ata da sessão da Junta de Paróquia de Mansores na qual foi deliberado punir os donos do gado que fosse encontrado a pastar no adro da capela de Nossa Senhora do Rosário.*

Arquivo da Junta de Freguesia de Mansores – *Livros de atas das sessões*, liv. 5, fl. 90-91.

Acta da sessão ordinaria de 26 de abril de 1908.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e novecentos e oito, aos vinte e seis dias do mes de Abril do dito anno, nesta freguesia de Mançores, concelho de Arouca, e na casa das sessões da Junta de parochia da mesma freguesia, onde compareceu o presidente da referida Junta, o Rev.º Manuel Antonio dos Santos [sic], e os vogaes Jose Gomes Moreira e Antonio de Almeida Pereira Cabral, o dito presidente abriu a sessão. Em seguida foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

Declarou o presidente que tendo tido visto e presenciado que o adro da capella de Nossa Senhora do Rozario se acha incapaz de ser passeado e ainda mais incapaz de qualquer devoto alli fazer qual[fl. 90v]quer promessa de joelhos porque o dito adro não passa de uma estrumeira, pois que em qualquer ocasião se encontra alli gado bovino, soino e lanigero sem algum pastor. Outras ocasiões mesmo gente alli a pastallo no referido adro em volta da mesma capella, e outros fazendo por alli caminhos para os seus predios, conduzindo gados a solta quando por o dito adro não tem caminho, por isso vinha propor a junta para que se applicasse uma multa a todo qualquer transgressor que praticasse qualquer destes actos.

E a junta ouvindo o exposto do seu presidente e conhecendo que os ditos transgressores não só prejudicavam os devotos da mesma capella e Senhora, como também praticavam uma irreverencia contra a nossa religião, e por isso deliberaram que os gados que alli fossem encontrados se lhes applicasse as multas seguintes: a cada cabeça de gado baccum sem guardador ou pastor a quantia de quinhentos reis e com pastor mil reis pela primeira vez, e pela segunda sem pastor mil reis e com pastor dois mil reis; a cada gado lanigero, pela primeira vez sem pastor duzentos reis e com pastor quatrocentos reis, e pela

segunda vez sem pastor quatrocentos reis e com pastor oitocentos reis. E todo aquelle que por alli fizer caminho para propriedades suas para conduzir gados de qualquer especie sem que actualmente prove com documentos legaes e registados, terá a multa de cinco mil reis pela primeira vez e pela segunda dez mil reis, além de estar sugeito aos termos das leis civis e eclesiasticas, cujas posturas a junta aprovou por unanimidade, ordenando que o secretario da Junta sem perda de tempo pas[fl. 91]sasse editaes desta delibração, para que o referido adro não continue na mesma imundice como athe aqui, pois que allem de ser vergonha é indecentye.

E não havendo mais do que tratar, mandou elle presidente encerrar a sessão. E eu Joaquim de Almeida Pereira Cabral e Vasconcellos, secretario da referida Junta que esta escrevi, li e assigno com todos presentes.

O presidente: *Pe. Manuel Antonio Fernandes*

O vogal: *José Gomes Moreira*

O vogal: *Antonio de Almeida Pereira Cabral*

Doc. 5

1911, 10 de agosto (Mansores) – *Carta dirigida pelo Pe. Manuel António Fernandes, pároco de Mansores, ao Presidente da Comissão Concelhia de Inventário do Concelho de Arouca, protestando contra a inventariação dos bens da paróquia.*

ACMF – PT/ACMF/CJBC/AVE/ARO/ARROL/013, fl. 53.

Pub.: *Gazeta de Arouca*. 02-09-1911, p. 1.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. – Como parocho da freguezia de Mansores, d'este concelho d'Arouca, e em minha consciência não posso calar-me perante o acto a que V. Ex.^a procede, inventariando os bens e objectos d'esta Egreja que pertencem ao povo d'esta freguezia. Perante V. Ex.^a lavro o meu vehemente protesto contra a invasão de legitimos direitos da Egreja Catolica, e em meu nome, do povo d'esta freguezia e da verdadeira democracia, reclamo a conservação dos ditos bens, objectos e direitos. Digne-se, pois, V. Ex.^a acceitar este meu protesto.

Saude e Fraternidade.

Mansores, 10 de Agosto de 1911.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão concelhia d'inventario do concelho d'Arouca.

O parocho, *Manoel Antonio Fernandes*.

Doc. 6

1911, 31 de outubro (Lisboa) – *Processo para concessão de pensão ao Pe. Manuel António Fernandes, pároco de Mansores.*

ACMF – PT/ACMF/CNPE/AVE/ARO/PENEC/004

Nº 669 // Districto de Aveiro // Concelho de Arouca

Processo para concessão de pensão provisoria nos termos da lei de 17 de agosto de 1911

Pensionista // P^e Manuel Antonio Fernandes // Parocho cullado na freguesia de Mansôres (789)

Passal 18:000 // Pe 93:035 // D. 60:000 // Lotação 171:035 // P.p. 16.665

A comissão central da execução da lei da separação, atendendo a que a freguezia de Mansores, concelho de Arouca, tem a lotação de 171\$035 reis; e atendendo a que o parocho continua a auferir o rendimento do chamado pé de altar; mas considerando que este deve diminuir por virtude da execução da lei do registo civil, é de parecer que ao padre Manuel Antonio Fernandes, parocho cullado na dita freguesia, seja arbitrada a pensão provisoria mensal de 16\$665 reis nos termos da lei de 17 de Agosto ultimo, ficando o mesmo pensionista obrigado ao pagamento de quaisquer direitos ou deduções a que por determinação anterior esteja sujeito.

Lisboa, 31 de Outubro de 1911.

A comissão

Francisco Medeiros // Daniel Rodrigues // José de Castro // Arthur Costa

Doc. 7

1915, 15 de dezembro, Mansores – *Carta dirigida pelo Pe. António Gonçalves Moreira ao ministro da justiça e cultos protestando contra a Junta de Paróquia de Mansores, por aquela não franquiar os templos e paramentos.*

ACMF – DGJC/AVE/ARO/PRDIV/001, Proc. 1928, L. 8, Fl. 386, Cx. 415.

Ex.mo Sr. Ministro da Justiça e Cultos

Sou obrigado a levar ao conhecimento de V. Ex.a que, tendo eu pedido á Junta desta freguesia de Mansôres, concelho d'Arouca a franquia dos templos e paramentos pertencentes ao Estado, de que ela é guarda e depositaria, á falta de cultural nesta freguesia, ela mos negou, indeferindo o meu requerimento, como mostro pelas certidões juntas.

Tendo deliberado reunir de 15 em 15 dias, mandando eu entregar o requerimento na sessão de 27 de Junho, protelou até á 5ª sessão o despacho, para ter tempo, talvez, de consultar os Bispos e padres antipensionistas concluidos contra mim.

E, por ultimo, para o despacho extemporaneo, se lança da lei da separação, é para cada vogal atirar um punhado de lama aos seus artigos, só fundados na egualdade.

É singular uma corporação civil, em plena Republica, pretender obrigar-me a beijar o anel prelaticio [fl. 2] e sujeitar-me a leis vexatorias que deviam se ter evaporado com o fumo de 5 de outubro.

Apelo, pois, para V. Ex.a, a fim de se dignar mandar fazer-se-me justiça que eu mereça, bem como á Junta.

Além deste caso de Mansôres, tenho eu lutado com mil dificuldades, desde que sou pensionista, sem poder atender a algumas pessoas que preferiam os meus serviços religiosos, encontrando sempre e por toda a parte á minha frente, a vedar-me a entrada, os colegas reacionarios, antiliberais e antipensionistas, acobertados com as autoridades e corporações, ou estas guiadas, aconselhadas e dirigidas por eles, necessitava d'uma autorização emanada do

Ministerio da Justiça, á vista da qual o respectivo regedor fosse obrigado a mandar abrir e franquiar os templos e paramentos do Estado, conforme costumar ao paroco da freguesia onde fosse chamado.

A guerra ao pensionista nas povoações do Norte [fl. 3] é d'exterminio, por isso, era de Justiça garantir-lhe as regalias da lei a que ele se sujeita e cumpre como verdadeiro portuguez.

A seita jesuitica conseguiu, obrigou ou ele quis, o Bispo do Porto espontaneamente lançar-me a excomunhão, para tornar-me alvo do desprezo da ignara plebe e do sagás colega da grei, a ver se destarte unir-me-ia á volumosa greve, o que jamais farei sob pena d'esmagamento.

Saude e fraternidade

Mansôres d'Arouca

15 de Dezembro de 1915

Pe. Antonio Gonçalves Moreira

Doc. 8

1915, 22 de dezembro (Mansores) – *Notícia de imprensa do Pe António Gonçalves Moreira acerca dos seus desentendimentos com o pároco de Mansores.*

Pub.: *Gazeta de Arouca*. 01-01-1916, p. 3.

Mansôres, 22-12

A minha presença repele, assombra e contende com os nervos dos meus colegas de tal fórma que os não deixa estar socegados no local onde me avistam.

Demonstro o que afirmo.

No dia 19 do corrente faço parte do acompanhamento na realização [*do casamento*] do meu sobrinho e afilhado, Antonio Gomes Moreira da Silva, com Maria Rosa de Jesus.

No posto do registo civil correu o acto na melhor ordem, reinando uma harmonia familiar, devido à fina educação do

empregado que, dedicada e crentemente, desempenhou o seu munus. Directamente e a breve trecho estávamos na igreja. Quando o reverendo abade, depois de fazer de sacristão, acendendo as velas, depára comigo ajoelhado ante um altar lateral, intima-me a sair, dizendo que não póde, em minha presença, celebrar o acto (talvez por ataque de nervoso ou receando notar-lhe gatos). Voltando á sacristia, envergando a capa que a todos rasteja, menos a ele, graças às suas penas de ganço, como o alcunham, segunda vez, em atitude de autoridade muito superior, quasi em frente dos noivos, sob o arco, diz: “lepito, o senhô não pode star ai enquanto eu celebro o cajamento e potanto ou sai o senhô ou eu!”.

Emudecendo por minutos, como eu sempre estive, continua: “logo que o senhô não letira, letiro eu”; e, virando as costas ao sacrario sem venia... recolhe á sacristia, amuado. Era o único actor do entremez. Para terminar o abuso do caturra sobre os pobres circunstantes e respeitando as suas crenças, que lhes não veem da Igreja, nem dos seus ministros, mas sim do lar paterno, arca mil vezes sagrada, sacrario imaculado, retirei para o adro, junto da porta travessa, a conversar com os amigos Mendes e Paiva (sem ser Couceiro). Sabendo-o, vai então o regulo desta bôa e pacata gente, triunfante e ufanoso, realizar o que estava realizado, fazer o que estava feito, unir o que estava unido...

Venceste, Galileu, por te valeres da ocasião e do lugar! Não obedeci a ti, não, juro t’o, mas sim única e exclusivamente á paz das duas familias que se uniam e ás creanças de quem do amago, mais do que nós, padres que só resamos por dinheiro, orava atenta, silenciosa e respeitosa, porque estavam na casa de oração, como disse Cristo: “a minha casa é casa de oração”. E, transformando-se numa casa de negocio e os seus ministros nuns vendilhões, tarda há muito o zurrage de que Cristo usára uma vez.

P.^e Moreira.

Doc. 9

1925, 2 de fevereiro, Mansores – *Reclamação interposta por alguns cidadãos de Mansores à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, com várias acusações contra o pároco, Pe. Manuel António Fernandes.*

ACMF - DGJC/AVE/ARO/PROCD/002, Proc. 1613, L. 6, fl. 71.

Ex.mo Sr. Presidente da Comissão Central de Execução da Lei da Separação

Os abaixo assinados veem mui respeitosamente comunicar a V. Ex.cia que o parocho da freguesia de Mansôres, concelho de Arouca, districto de Aveiro, Pe. Manoel Antonio Fernandes, tem violado a honestidade intima de diversas famílias d'esta freguesia de Mansôres, não poupando mulheres casadas nem tão pouco donzelas menores.

O procedimento nefando, vil e devasso deste parocho desde que começou a lidar com o pòvo honesto, respeitador e ordeiro d'esta freguesia, merece a mais forte repulsa de quem sente pela terra natal um vivo e acrisolado amor, baseado nos sãos principios do respeito mutuo entre os cidadãos, possuidores de puros sentimentos que desejam que a verdadeira acepção do "Bem" seja a realidade.

A presença do parocho Manoel Antnio Fernandes n'esta freguesia tornou-se funesta, não só para a religião como tambem para as instituições republicanas e para a mocidade, devido a sua pessima conducta, quer como parocho, quer como cidadão, como adeante se demonstra.

Para prestigio e dignidade do regímen republicano, criaturas que, como esta, desprezam os direitos de cidadão culto, não são dignos de estarem á frente de um pòvo como pastor das almas e como cidadão [fl. 2] respeitador e modelar.

Começaremos já por relatar a serie de escandalos que tem feito n'esta freguesia, alguns já ocorridos há muito, que, no entanto, são provas evidentes para se fazer o verdadeiro juízo de tão ignobil procedimento.

O Padre Manoel Antonio Fernandes desde 1910 em diante nunca pôde encarar de bom grado n'esta freguesia todos os cidadãos affectos ao regimen republicano, como prova o cidadão Joaquim Antonio Vaz,

quando caseiro do passal por efeitos do arrendamento, com as perseguições que lhe foram movidas da parte do referido parocho.

Pois durante tres anos em que foi arrendado ao cidadão Joaquim António Vaz o passal, este senhor sofreu muitos prejuízos por lhe terem destruído ramadas e danificado o edifício da residencia, quebrando-lhe até as vidraças das janelas á ordem do parocho Manoel Antonio Fernandes, sendo ele mesmo o próprio a intervir ajudando e mandando fazer estragos na dita residencia do passal, propriedade do Estado.

Durante os três anos de 1914, 1915 e 1916 em que esteve arrendado a Joaquim Antonio Vaz, o passal rendeu ao Estado 150\$00 (cento e cinquenta escudos) e mais renderia se não fosse forçado a abandoná-lo pelos danos que o P.e Manoel Antonio Fernandes lhe fazia, danos estes que visavam voltar para a referida residência e passal o aludido parocho, não rendendo hoje o passal, segundo consta, mais de 8\$50 (oito escudos e cinquenta centavos) com as sucessivas maroteiras que faziam ao passal, ninguem se atrevia a arrematá-lo, resultando em prejuízo desnecessario para o Estado.

O parocho Manoel Antonio Fernandes é politico e, como tal, em ocasião de eleições pôs-se em campo pedindo votos para o partido monárquico, ameaça[n]do n'essa altura todos os que se declaram republicanos, como se fôra senhor absoluto.

Dentro da egreja e fora, diz a todos aqueles que lhe não pagam a congrua que lá os espera.

Trata de incutir ás crianças que não leiam jornais republicanos, odeia os que fazem das côres verdes e vermelhas e n'esta altura do ano de 1925 em que a maior parte da freguesia se encontra indisposta com ele, faz todos os possiveis para revolucionar o pôvo contra o ideal republicano.

Agora, para provar a falta de honestidade e o mau exemplo do parocho Manoel Antonio Fernandes basta os seguintes casos: andando por casa d'êle uma jornaleira de nome Maria Rosa Moreira, mulher honesta que tinha o homem no Brasil, estando um dia n'uma sala a fazer um trabalho, em frente de um quarto, ele lhe disse: "que tal acha a minha cama? Foi ali que desonrei a Ana do Ferreiro."

Disse mais coisas indecentes e perseguiu a mesma jornaleira, que está pronta a jurar.

Perseguiu também Bernardina Henriques da Silva, viuva e senhora muito conceituada, querendo induzi-la á prática de ações impúdicas, como é do dominio publico, bem como outros casos semelhantes que me abstenho de mencionar por julgar suficientes as provas acima referidas.

Para salvaguarda [da] honra e dignidade dos alevantados sentimentos republicanos e religiosos do pôvo d'esta freguesia, vimos mui respeitosa e sollicitar de V. Ex.cia Snr Presidente da Comissão Central da Lei da Separação que mande fazer as investigações que julgar de justiça sobre [fl. 4] a acusação que fazemos ao parocho d'esta freguesia, pe. Manoel Antonio Fernandes.

Mansôres, 2 de Fevereiro de 1925

[Assinaturas] A rogo de Domingos Correia da Conceição // Joaquim José da Silva // José Moreira da Silva // Antonio Almeida Pereira da Conceição // João Correa do Santos Lima // A rôgo de Manuel Francisco Borges // José Joaquim da Silva // Joaquim da Conceição Neves Cardoso // Rodrigo Gonçalves Ameixieira.

Doc. 10

1936, 10 de maio (Mansores) – *Notícia publicada na Defesa de Arouca sobre a visita pastoral de D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto, a Mansores.*

Pub.: *Defesa de Arouca*. 16-05-1936, p. 3.

Mansores, 10 [de maio].

Visita pastoral de S. Ex.^a Rev.^{ma} sr. D. António, Bispo do Pôrto

Chegava finalmente o dia 5. O povo de Mansores não cessava de perguntar [sic] a hora e o local destinado à recepção de S. Ex.^a Rev.^{ma}.

– É às quatro horas, – diziam uns, – que toda a gente deve estar na Vista Alegre.

Outros, porém, alvitavam que se estivesse lá às três e meia horas para que, logo que chegasse o sr. Bispo, tudo estivesse a postos. Apareceu o dia; as raparigas da Estrada, Agradas, Leira e Crasto estavam inquietas, porque o arco que artisticamente foi apresentado ainda

precisava dos últimos retoques, da afinação final. Honra seja feita ao valioso concurso que lhes prestaram os srs. Domingos Correia da Conceição, da Estrada, e António Pereira da Silva, da Leira.

Alçafates de flores, ramos, bandeiras aos ombros e tantas coisas mais, indicavam dia de grande festa levando aos corações moços a mais santa alegria. A caminho da igreja, muita gente se apressava para se confessar.

O meio dia custou a chegar, e assim foi possível pôr tudo em ordem.

Vem a tarde. Os rapazes e as raparigas eram os primeiros a avistarem-se junto do arco, que se erguia no local da recepção.

Os foguetes estralejavam constantemente, e a música de Carregosa entrava de romper com acordes de boa harmonia. Estávamos em festa.

O povo apinhava-se, e começava a aparecer o sr. Abade, o juiz da Cruz e portadores de vários paramentos, a-fim-de se formar uma procissão logo que chegasse o sr. Bispo.

Ouve-se o apitar dum automóvel. Em vozes desconcertadas, o povo grita: – É o sr. Bispo, já chegou, aí está ele!...

Não se enganava.

Vivas ao sr. Bispo, à Santa Igreja Católica, a Sua Santidade o Papa, etc., não faltaram, e S. Ex.^a Rev.^{ma}, com ar de graça e de piedade, agradecia distribuindo bênçãos.

Forma-se a procissão. Ao sinal de pronto, S. Ex.^a Rev.^{ma} entra de abençoar os caminhos, os campos, os lares e as almas, enquanto a música de Carregosa, numa sonoridade e crescendo apropriados ao acto, nos embalava a caminho da igreja.

Após a cerimónia da praxe, o sr. Bispo fez uma prelecção ao povo. Então, o zumbido duma mosca podia-se ouvir. A linguagem correcta e de superior inspiração de S. Ex.^a Rev.^{ma}, ecoava no templo e também nos corações. Os princípios de moral católica, principalmente de preparação para o santo sacramento da Confirmação, prendiam e mais uma vez convenciam o nosso povo. Segue-se o Crisma. O padrinho e a madrinha dos confirmandos, que foram para a maior parte do povo a sr.^a Inês Pereira da Conceição e o sr. Joaquim de Almeida Pereira da Conceição, aproximam-se do sr. Bispo. O digníssimo

secretário faz a chamada do primeiro confirmando, depois do segundo, e assim sucessivamente. No fim, S. Ex.^a Rev.^{ma} despediu-se do povo até ao dia seguinte.

A caminho de casa, comentavam-se as palavras, os conselhos e a familiaridade do sr. Bispo.

O dia 6 aparece, ainda mais lindo que o antecedente. Muita gente espera o sr. Bispo no adro a fim de o acompanhar à capela de N.^a S.^a do Rosário, onde ia celebrar missa. Não tardou que saísse da Residência acompanhado do digníssimo secretário e do sr. Abade. O povo, de joelhos, abre alas para que passem à vontade. Volvidos 5 minutos, estava-se na Vila. Outra multidão esperava S. Ex.^a Rev.^{ma}, onde nem faltavam os foguetes nem o entusiasmo que aproxima as almas da vontade de Deus. Segue-se a missa; depois a visita ao cemitério; regressa-se à capela. Eis a ocasião da despedida. O sr. D. António, Bispo do Porto, mais uma vez põe à prova o seu verbo de orador de raça. Manifesta o seu contentamento, a boa impressão que leva de Mansores, louva o sr. Abade pelo seu apostolado em favor do bom caminho das almas, terminando por desejar a paz nos lares “onde nunca falte um caldinho quente a fumar e um bocadinho de pão saboroso”.

C.

Doc. 11

1968, 26 de agosto [?] – *Registo anedótico de um suposto episódio relacionado com a Junta Agrária Católica de Mansores.*

Pub.: *Pelo “mar” de Mançores adentro*. Arouca: Associação de Defesa do Património Arouquense, 2012, p. 133.

O CORTE DA GRILA

Em 1936 formou-se em Mansores a J.A.C. Como o povo de Mansores é muito religioso e as suas povoações são muito juntas, quasi toda a juventude da freguesia (masculina e feminina) se reuniu à volta da bandeira da J.A.C., e pode dizer-se que devia ser a organização do concelho, naquele género, que maior número de elementos apresentava.

Tudo corria às mil maravilhas até que o diabo lá se foi meter de permeio. E, de vez em quando, lá aparecia uma rapariga da organização a *engordar*.

O padre, vendo o escândalo que aquilo estava a dar, nas reuniões mensais, e até na missa dominical, começou a atacar, com todas as suas forças, aquela onda de devassidão que estava a alastrar nas fileiras daquele organismo.

Criticava severamente a atitude de certas moças namorarem pelos caminhos, à noite, e pedia aos pais para o auxiliar[em] naquela campanha. Depois de muito barulho feito, e pouco resultado obtido, passou um dia, à noite, pelo lugar da Serra da Vila, e encontrou a namorar, no caminho, uma rapariga da juventude que por alcunha se chamava a *Grila*, por pertencer à família do Grilo, que reside naquele lugar. Barafustou com ela, e disse-lhe que se considerasse, a partir daquela data, desligada da juventude.

No domingo seguinte, na missa da manhã, referiu-se a este caso e disse, entre mais coisas: “Já disse e repito que não quero que as raparigas da Juventude namorem de noite, pelos caminhos, porque eu já cortei a *Grila* fora, e qualquer dia corto com o resto.”

Doc. 12

1968, 26 de agosto [?] – *Registo anedótico de um suposto episódio relacionado com a égua do Pe. Manel António Fernandes.*

Pub.: *Pelo “mar” de Mançores adentro*. Arouca: Associação de Defesa do Património Arouquense, 2012, p. 119.

A ÉGUA DO PADRE DE MANSORES TAMBÉM ENTRAVA NA IGREJA

Certo sábado do mês de Maio do ano de 1954 as zeladoras da igreja de Mansores juntaram-se, como era de costume, para lavarem e limparem a sua igreja. Depois deste trabalho feito, ornamentaram os altares com variadíssimas flores e grande quantidade de verdes, dispostos em numerosos vasos e jarros. Encheram, a seguir, as pias de água benta e deram por terminado o seu trabalho, deixando a porta da igreja aberta, para que os soalhos secassem o mais depressa possível. O padre da freguesia, que reside mesmo junto da igreja, tinha por

costume deixar pastar, à solta, no adro da igreja a sua égua. Nesse dito sábado também não fugiu à regra, soltando a azémola para a pastagem do adro. Depois de já estar saciada de frescas e viçosas ervas, e vendo a porta da igreja aberta, entrou, sem cerimónias, correu os altares, um a um, comeu todas as flores e verduras que encontrou e ao sair ainda bebeu toda a água benta que as zeladoras haviam lançado nas mencionadas pias.

Depois de feitas todas estas tropelias, foi deitar-se muito descansada junto à porta de seu dono.

Doc. 13

1968, [25 de novembro?] (Mansores) – *Registo de óbito do Pe. Manuel António Fernandes.*

Paróquia de Mansores – *Livros de registo de Óbitos*, 1968, fl. 3.

No dia vinte e quatro de Novembro de mil novecentos e sessenta e oito, no lugar da Residência d'esta paróquia de Mansores, concelho de Arouca, diocese do Porto, faleceu, tendo recebido os sacramentos [o] Padre Manuel António Fernandes, de oitenta e sete anos, solteiro, proprietário, filho de Manuel Fernandes e de Maria Custódia de Pinho.

Foi sepultado catolicamente no cemitério desta paróquia.

O pároco: *Manuel Moreira Henriques.*

Doc. 14

1968, 28 de novembro (Mansores) – *Notícia do falecimento do Pe. Manuel António Fernandes, publicada na Defesa de Arouca.*

Pub.: *Defesa de Arouca*. 07-12-1968, p. 4.

Mansôres, 28-11.

PADRE MANUEL ANTÓNIO FERNANDES / O SEU FALECIMENTO

No passado dia 24, pelas 20 horas, faleceu, na antiga Residência Paroquial, o Rev.º Padre Manuel António Fernandes, com 87 anos de

idade, natural da freguesia de Cepelos, concelho de Vale de Cambra. A sua morte foi muito sentida pelas excelentes virtudes sacerdotais que possuía. Encontrava-se nesta freguesia há 63 anos, paroquiando a mesma durante 60 anos. Foram festejadas as suas bodas de ouro sacerdotais em 1955. Dedicou-se com amôr e carinho aos seus paroquianos, tendo a maior parte deles baptizado, preparado para a 1.^a comunhão solene, casado religiosamente e ministrado os últimos sacramentos. Pároco muito popular, sem ódios, sem egoísmos nem ambições materiais, pugnou sempre pela concórdia entre os seus paroquianos que muito estimava. A ele se deve vários melhoramentos na freguesia quando em tempos foi presidente da Junta de Freguesia e ainda várias obras de culto. O seu funeral realizou-se no dia 24 [sic], pelas 10 horas, com grande acompanhamento de toda a freguesia, constituindo uma sentida manifestação de pesar. Em todas as pessoas se vislumbrava uma eterna saudade por aquele que durante tanto tempo foi seu guia espiritual. O cortejo funebre saiu da antiga residência paroquial, dirigindo-se à igreja, aonde foram cantados ofícios fúnebres e missa de corpo presente por 20 clérigos. Depois saiu novamente o cortejo para o cemitério paroquial. Foram entregues a chave da urna, véu, toalha e lenço, respectivamente, ao Sr. Dr. Abel Augusto Gomes de Almeida, Sr. Prof. António Pereira Cabral, e Srs. António Moreira Portugal e Sebastião de Oliveira. As borlas foram entregues aos srs. Profs. Albano Brandão de Almeida e Nelson de Pinho Silva, e aos Srs. Joaquim de Pinho Brandão, José Pereira da Conceição, Manuel Fernandes e Elísio Pereira de Amorim.

A toda a família enlutada, especialmente a seus sobrinhos Adelino e Adelaide, que se encontravam na sua companhia e o rodearam de todo o carinho, os nossos sentidos pêsames.

(C.)